

# A CASA DO SIMULADO



MINISSIMULADO 157/360

# PORTUGUÊS





**SIMULADO – 157/360**

**PORTUGUÊS**

**INSTRUÇÕES**

- **TEMPO: 30 MINUTOS**
- **MODALIDADE: CERTO OU ERRADO**
- **30 QUESTÕES**



**COMPOSIÇÃO DO SIMULADO**

- **30 Questões Português**



**DEMAIS SIMULADOS NO LINK ABAIXO**



[CLIQUE AQUI](#)

**REDE SOCIAL**



[CURTA NOSSA PÁGINA](#)

**MATERIAL LIVRE**

Este material é **GRATUITO e pode ser divulgado e compartilhado**: A Casa do Simulado a autoriza. A venda desse material é proibida!

**IMPORTÂNCIA DO TREINO DIÁRIO**

É de conhecimento de todos que fazer questões é um dos melhores métodos de absorção de conteúdo, em contrapartida nem todos podem dispendir tempo para se organizar e realizar questões com a frequência necessária para manutenção dos conceitos. Todo dia haverá um minissimulado novo, se não puderem fazer todos os dias, ao menos no final de semana treine, a equipe da Casa do Simulado deseja a todos bons estudos.

**TEXTO CB8A1AAA****Texto CB8A1AAA**

1 A democracia participativa pressupõe várias formas  
de atuação do cidadão na condução política e administrativa  
do Estado. No Brasil, destacam-se as audiências públicas  
4 previstas constitucionalmente e em diversas normas  
infraconstitucionais.

7 As audiências públicas constituem um importante  
instrumento de abertura participativa que proporciona  
legitimidade e transparência às decisões tomadas pelas  
diferentes esferas de poder.

10 Tal instituto possui raízes no direito anglo-saxão  
e fundamenta-se no princípio da justiça natural. Esse princípio  
atualmente se traduz no dever de escutar-se o público antes  
da edição de normas administrativas ou legislativas de caráter  
13 geral, ou de decisões de grande impacto para a comunidade.

16 As audiências públicas integram o perfil dos Estados  
democráticos de direito, modelados pelo constitucionalismo  
europeu do pós-guerra, segundo o qual o poder político não  
apenas emana do povo, sendo em nome dele exercido,  
19 mas comporta a participação direta do povo.

22 É por meio dessas audiências que o responsável pela  
decisão tem acesso às diversas opiniões sobre a matéria  
debatida e abre a oportunidade para as pessoas que irão sofrer  
os reflexos da deliberação se manifestarem antes de seu  
desfecho.

Jamirú de Carvalho Pena Souza. A realização de audiências públicas como fator de  
legitimação da jurisdição constitucional. In: De Jure – Revista Jurídica do Ministério  
Público do Estado de Minas Gerais, v.10, n.º 17, jul.-dez./2011, p. 392 (com adaptações).

**QUESTÕES**

*No que se refere à tipologia e aos sentidos do texto CB8A1AAA, julgue os itens que se seguem.*

1. No texto, a ideia expressa em “o poder político (...) a participação direta do povo” (l. 17 a 19) reforça a ideia expressa em “dever de escutar-se o público” (l.12).
2. As expressões “Tal instituto” (l.10) e “Esse princípio” (l.11) retomam, pelo sentido, a expressão “As audiências públicas” (l.6).
3. A oração “que irão sofrer os reflexos da deliberação” (l. 22 e 23) é indispensável ao sentido do período, pois delimita a referência de “pessoas” (l.22).
4. O pronome contido na expressão “seu desfecho” (l. 23 e 24)

refere-se a “matéria debatida” (l. 21 e 22).

5. O texto, predominantemente argumentativo, objetiva convencer o leitor de que decisões administrativas tomadas sem o recurso das audiências públicas carecem de legitimidade e transparência.
6. Dados os assuntos tratados nos três primeiros parágrafos do texto, as seguintes frases são adequadas, na sequência em que aparecem, para figurar como subtítulos desses parágrafos: I conceito jurídico de audiências públicas; II importância das audiências públicas; III como deve ser feita a convocação do público a ser ouvido.

*Em relação aos elementos linguísticos do texto CB8A1AAA, julgue os itens a seguir.*

7. A forma verbal “manifestarem” (l.23) está flexionada no plural para concordar com “as pessoas” (l.22).
8. O pronome ele, em “dele” (l.18), refere-se a “o poder político” (l.17).
9. Seria mantida a correção gramatical do texto, caso seu segundo parágrafo fosse reescrito do seguinte modo: Constituindo importante instrumento de abertura participativa, as audiências públicas tornam legítimas e transparentes as decisões

tomadas pelas diferentes esferas de poder.

10. No trecho “segundo o qual o poder político não apenas emana do povo (...) mas comporta a participação direta do povo” (. 17 a 19), a locução “não apenas (...) mas” introduz no período ideia de adição.
11. Sem prejuízo do sentido original e da correção gramatical do texto, seu primeiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Na democracia participativa, existe várias formas de atuação do cidadão na condução política e administrativa do Estado, destacando, no Brasil, as audiências públicas na Constituição e nas demais leis.

## TEXTO CB8A1BBB

### Texto CB8A1BBB

1 Passados os atropelos da chegada de D. João ao  
Brasil, era hora de colocar mãos à obra. Os planos eram  
grandiosos e havia tudo por fazer. A colônia precisava  
4 de estradas, escolas, tribunais, fábricas, bancos, moeda,  
comércio, imprensa, biblioteca, hospitais, comunicações  
eficientes. Em especial, necessitava de um governo que  
7 se responsabilizasse por tudo isso. D. João não perdeu tempo.  
No dia 10 de março de 1808, quarenta e oito horas depois  
de desembarcar no Rio de Janeiro, organizou seu novo  
10 gabinete.

Caberia a esse gabinete criar um país a partir do nada.  
Havia duas frentes de ação. A primeira, interna, incluiu as  
13 inúmeras decisões administrativas que D. João tomou, logo  
ao chegar, para melhorar a comunicação entre as províncias,  
estimular o povoamento e o aproveitamento das riquezas  
16 da colônia. A outra frente era externa. Visava ampliar  
as fronteiras do Brasil, em uma tentativa de aumentar  
a influência portuguesa na América. Era também uma forma  
de punir os adversários europeus de Portugal, ocupando seus  
19 territórios e ameaçando seus interesses americanos. Nesse caso,  
os avanços foram precários e sem conseqüências duradouras.

22 No final de 1808, uma tropa de quinhentos soldados  
brasileiros e portugueses, escoltada por uma pequena força  
naval, invadiu a Guiana Francesa e sitiou a capital, Caiena,  
25 cujo governador se rendeu sem resistência no dia 12 de janeiro.  
Era uma retaliação à invasão de Portugal pelas tropas de  
Napoleão. Uma segunda ofensiva seria a anexação da chamada  
28 Banda Oriental do Rio da Prata, atual território do Uruguai,  
em represália à aliança da Espanha com a França napoleônica.  
Foram ambas conquistas efêmeras. A Guiana se livrou das  
31 tropas de D. João oito anos mais tarde. O Uruguai conseguiria  
sua independência em 1828.

Com os planos de expansão territorial fracassados,  
34 restou a D. João se concentrar na primeira — e mais ambiciosa  
— de suas tarefas: mudar o Brasil para reconstruir nos trópicos  
o sonhado império americano de Portugal.

Laurentino Gomes. 1808. São Paulo:  
Ed. Planeta do Brasil, 2007 (com adaptações).

## QUESTÕES

*Julgue os itens subsecutivos, referente aos sentidos do texto CB8A1BBB.*

12. No texto, a expressão “havia tudo por fazer” (l.3) tem sentido equivalente ao da expressão “criar um país a partir do nada” (l.11).
13. Sem prejuízo do sentido do texto, a palavra “retaliação” (l.26) poderia ser substituída por *revide*, *desforra*.

14. No segundo parágrafo do texto, a respeito da “outra frente” (l.16), apresentam-se as seguintes informações, nesta ordem: plano externo, resultados obtidos e objetivos pretendidos.
15. O texto trata das primeiras medidas tomadas por D. João no Brasil para levar adiante um duplo plano: criar um governo local e aumentar os limites do território brasileiro em prejuízo dos adversários de Portugal na Europa.

### TEXTO 19A2AAA

#### Texto 19A2AAA

1 A maioria dos historiadores, pesquisadores e estudiosos considera que o imposto de renda surgiu em 1799, na Inglaterra, quando o governo inglês necessitava de recursos extras para custear a guerra contra a França, governada por Napoleão Bonaparte.

7 No Brasil, as primeiras tentativas de implementação do tributo ocorreram em 1843, no reinado de D. Pedro II, por meio da edição da Lei n.º 317, de 21 de outubro.

10 No início da República, esforços foram realizados para instituir o imposto de renda no Brasil. Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda da República, foi um árduo defensor desse tributo. A Assembleia Constituinte de 1891 discutiu a introdução do imposto de renda, mas a proposta não logrou êxito.

16 Por meio da Lei n.º 4.625, de 31 de dezembro de 1922, o governo instituiu o imposto geral sobre a renda, que passou a ser devido, anualmente, por toda pessoa física ou jurídica residente/sediada no território do país, incidindo, em cada caso, sobre o conjunto líquido dos rendimentos de qualquer origem. Em 1923, o governo iniciou o estudo para elaborar o regulamento e organizar o sistema arrecadador do imposto de renda, que, finalmente, seria implementado em 1924.

Exposição histórica do imposto de renda. Internet: <<http://fdg.receita.fazenda.gov.br>> (com adaptações).

### QUESTÕES

*Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto 19A2AAA, julgue o item que se segue.*

16. A expressão “implementação do tributo” (l. 6 e 7) exprime a ideia central a ser desenvolvida nos parágrafos subsequentes do

texto, funcionando como tópico frasal.

17. No primeiro parágrafo, estabelece-se uma relação anafórica entre as expressões “recursos extras” (l. 3 e 4) e “imposto de renda” (l.2).
18. As expressões “No Brasil” (l.6), “No início da República” (l.9) e “Em 1923” (l.20), que situam as ideias e os fatos textuais no tempo histórico e no espaço geográfico brasileiros, funcionam como elementos encadeadores das orações e dos parágrafos do texto, sendo responsáveis, junto com outros elementos textuais, pela progressividade textual.
19. O termo “proposta” (l.13) retoma, de forma explícita, o trecho “esforços foram realizados para instituir o imposto de renda no Brasil” (l. 9 e 10).
20. O teor do último período do texto não se articula com as ideias que lhe antecedem, uma vez que nele não é retomado o tópico frasal.
21. No texto, o autor defende abertamente um ponto de vista, empregando, para tanto, os denominados argumentos de autoridade, como, por exemplo, a referência a Rui Barbosa.
22. De acordo com o texto, o imposto de renda pode ter surgido na Inglaterra no final do século XVIII, em decorrência da

necessidade desse país de angariar recursos para o financiamento da guerra que travava contra a França.

23. Deduz-se do texto que o imposto de renda instituído no Brasil no início do século passado era um tributo direto, em que os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, repassavam parte de sua renda anual para o Estado.

### TEXTO 19A2BBB

1 As garras do Leão estão mais afiadas. A partir deste ano, os bancos terão de informar à Receita Federal qualquer movimentação financeira mensal acima de R\$ 2.000 feita por 4 pessoas físicas. No caso das empresas, o valor será de R\$ 6.000. Com esses dados, o fisco vai cruzar informações, para verificar se há compatibilidade com os dados apresentados 7 na declaração do imposto de renda ou com a movimentação do cartão de crédito.

A determinação consta da Instrução Normativa 10 RFB n.º 1.571/2015 e já é alvo de polêmica. Essa instrução normativa tem amparo na Lei Complementar n.º 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras 13 e está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Ações diretas de inconstitucionalidade, assim como profissionais atuantes na área, argumentam que a lei infringe o 16 direito ao sigilo de dados, garantido pela Constituição Federal de 1988. Para alguns tributaristas, seria coerente que o STF decidisse a favor dos contribuintes.

João Sorima Neto e Martha Beck. Fisco vai monitorar transações mensais acima de R\$ 2 mil. 3/2/2016. Internet: <<http://oglobo.globo.com>> (com adaptações).

### QUESTÕES

*No que se refere às ideias e às estruturas linguísticas do texto 19A2BBB, julgue os próximos itens.*

24. Deduz-se do texto que a Receita Federal pretende, com a ação mencionada, coibir a sonegação tributária, ao verificar a compatibilidade, ou não, das informações prestadas pelas instituições financeiras com os dados apresentados pelos contribuintes na declaração do imposto de renda.

25. Infere-se do texto que o envio dos dados das transações financeiras dos clientes pelos bancos é de caráter facultativo.

26. O argumento de autoridade trazido ao final do texto indica que a polêmica em relação à determinação da instrução normativa se deve ao fato de que o envio à Receita Federal, sem decisão judicial, de informações acerca de movimentação financeira configuraria quebra de sigilo bancário.

27. A sentença “decidiu-se a favor dos contribuintes” (l.18) expressa o desejo de que a corte guardiã da Constituição Federal considere inconstitucional o repasse de dados de movimentação financeira dos contribuintes pelas instituições bancárias.

28. Depreende-se das informações do texto que, caso o STF declare a inconstitucionalidade da Lei Complementar n.º 105/2001, a instrução normativa da Receita Federal referida no texto perderá sua força coercitiva.

29. De acordo com o texto, a administração pública, representada, no contexto, pela Receita Federal, deve ter acesso irrestrito a dados financeiros dos contribuintes pessoas físicas e jurídicas, inclusive os dados relativos à origem e ao destino dos recursos.

30. Na primeira oração do texto, o termo “Leão” foi empregado de forma simbólica, para denotar a força política exercida pelo Estado sobre a nação brasileira.

**FOLHA DE RESPOSTAS**

ANOTAÇÕES:	Questão	Resposta
	01	
	02	
	03	
	04	
	05	
	06	
	07	
	08	
	09	
	10	
	11	
	12	
	13	
	14	
	15	
	16	
	17	
	18	
	19	
	20	
	21	
	22	
	23	
	24	
	25	
	26	
	27	
	28	
	29	
	30	

**GABARITO**

Questão	Resposta	ANOTAÇÕES:
01	C	
02	E	
03	C	
04	E	
05	E	
06	E	
07	C	
08	E	
09	C	
10	C	
11	E	
12	C	
13	C	
14	E	
15	C	
16	C	
17	E	
18	C	
19	E	
20	E	
21	E	
22	C	
23	C	
24	C	
25	E	
26	C	
27	C	
28	C	
29	E	
30	E	



# COMO TIRAR O MÁXIMO PROVEITO DE UM SIMULADO

1



## LUGAR RESERVADO

ESCOLHA UM LUGAR RESERVADO E SILENCIOSO PARA REALIZAR O SIMULADO. SE MORA COM MAIS PESSOAS, AVISE-AS PARA QUE NÃO INCOMODEM DURANTE A REALIZAÇÃO.

3



## BEBA ÁGUA

DURANTE A PROVA, MANTENHA-SE SEMPRE HIDRATADO. ESTUDOS COMPROVAM A EFICIÊNCIA ENTRE A ÁGUA E O BOM DESEMPENHO MENTAL.

5



## RETA FINAL

A EQUIPE A CASA DO SIMULADO DESEJAMOS A TODOS UMA BOA PROVA!

2



## CRONOMETRE

OBSERVE NO EDITAL DO SEU CONCURSO QUAL SERÁ A DURAÇÃO DO CERTAME E FAÇA O SIMULADO NO TEMPO EQUIVALENTE. APRENDA A DISTRIBUIR O TEMPO ENTRE AS QUESTÕES. NÃO DEIXE PARA DESCOBRIR NO DIA DA PROVA QUAIS TIPOS DE QUESTÕES MERECEM MAIS TEMPO DA SUA ATENÇÃO.

4



## BALANÇO

DEPOIS DO TÉRMINO DO SIMULADO, CONFIRA O GABARITO, ANALISE QUAIS SÃO SEUS PONTOS FORTES E OS PONTOS FRACOS PARA O DEVIDO AJUSTE NO SEU CRONOGRAMA DE ESTUDOS.

A CASA DO SIMULADO